



**GOVERNO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA  
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 383/2021

Juarez Távora-PB, 08 de Janeiro de 2021.

**DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRA E  
REMUNERAÇÃO DOS OCUPANTES DOS CARGOS DE  
PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTES COMUNITÁRIOS  
DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS DO  
MUNICÍPIO DE JUAREZ TÁVORA-PB.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JUAREZ TÁVORA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1. Esta Lei Intitui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Agente Comunitário de Saúde – ACS e do Agente de Combate às Endemias ACE do Município de Juarez Távora – PB.

Art. 2º. Para efeito da aplicação desta Lei, considera-se:

I – Servidor Público: são os titulares de cargo público efetivo com regime jurídico estatutário, integrantes da Administração direta das autarquias e das fundações. Públicas com personalidade de direito Público;

II – Cargo Público: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao servidor público, criado por lei, com denominação própria, número certo e remuneração a ser paga pelos cofres públicos;

III – Classe: é o indicativo da posição do servidor público quanto ao vencimento, representado por algarismos romanos dispostos na tabela de vencimento verticalmente;

IV – Nível: é a posição distinta horizontalmente dentro de cada classe, identificada por algarismos romanos;

V – Carreira: é o conjunto de classes do cargo, hierarquizadas, organizadas segundo o grau de complexidade das tarefas e requisitos, oferecendo possibilidade ao servidor de se desenvolver funcional e profissionalmente, através da passagem dentro do mesmo cargo a nível hierarquicamente superior, da estrutura de classes, com alteração de nível ou de nível dentro da mesma classe;

VI – Plano de Carreira: é o conjunto de normas que disciplinam o ingresso e instituições de oportunidades e estímulos ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores de forma a contribuir com a requalificação dos serviços prestados pelos órgãos e instituições constituindo-se em instrumento de gestão da política de pessoal;

VII – Vencimento Base: é a retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público com valor fixado em lei,

VIII – Remuneração: é o vencimento base da carga acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes e temporárias, vinculado em lei; Progressão é a passagem do servidor de um nível para outra que ocupa, observados os critérios definidos nesta Lei.

## **CAPITULO II DA CARREIRA DO SERVIDOR**

### **Seção I DO PROVIMENTO**

Art. 3º. A investidura dos cargos de Agente Comunitário de Saúde – ACS e Agente de Combate às Endemias – ACE depende de aprovação prévia em concurso ou processo seletivo público de provas ou de títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício de suas atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 4º São requisitos básicos para a investidura em cargo público de Agente Comunitário de Saúde ACS e Agente de Combate às Endemias ACE:

I – a nacionalidade brasileira;

II – o Gozo dos direitos políticos,

III – a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – a conclusão do Ensino Médio;

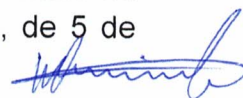
V – a idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VI – aptidão física e mental;

VII – a disponibilidade de tempo integral para a exercer suas atividades com 08 horas diárias, totalizando 40 horas semanais; VIII – a conclusão, com aproveitamento, curso preparatório de formação inicial e continuada.

### **Seção II DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

Art. 5º. Competem aos Agentes Comunitários de Saúde as atribuições determinadas na Portaria nº 13.595, de 04 de janeiro de 2018, e na Lei Federal nº 11.350, de 5 de



outubro de 2006, além do exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitários, individuais ou coletivas, em conformidade com as diretrizes do Sistema único de Saúde SUS e sob supervisão do seu chefe imediato, dentre as quais:

I – Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;

II – realizar o cuidado em saúde da população adstrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário,

III – realizar ações de atenção íntegra conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;

IV – desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adstrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;

V – realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;

VI – responsabilizar-se pela população adstrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde,

VII – participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis,

VIII – identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da Secretaria Municipal de Saúde;

IX – garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica,

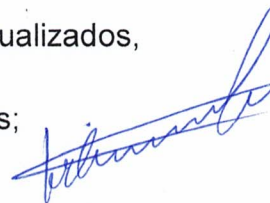
X – realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais;

XI – trabalhar com a descrição de famílias em base geográfica definida, a micro área;

XII – estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando a promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo como planejamento da equipe;

XIII – cadastrar todas as pessoas de sua micro área e manter os cadastros atualizados,

XIV – orientar famílias quanto à atualização dos serviços de saúde disponíveis;



XV – desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco,

XVI – a atualização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio cultural da comunidade,

XVII – o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde,

XVIII – o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde,

XIX – a participação em ações que fortaleçam os elos entre setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

XX – não caberá ao Agente Comunitário de Saúde o preenchimento de qualquer ficha de procedimento de outros profissionais de saúde em atendimentos na Unidade de Saúde ou atendimentos âncora, tais como, ficha de citológico, mamografia, etc. Parágrafo único. É permitido ao ACS desenvolver atividades nas unidades básicas de Saúde, desde que vinculadas às atribuições acima, conforme determina a Portaria nº 648/GM de 28 de março de 2006.

Art. 6º. Compete ao Agente de Combate às Endemias o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde desenvolvida em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS e sob supervisão do gestor municipal, nos termos do Art. 4º da Lei Federal nº 11.350/2006.

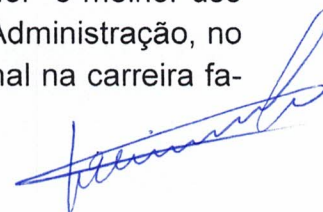
### **CAPITULO III DO PLANO DE CARREIRA E DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL**

#### **Seção I DO PLANO DE CARREIRA**

Art. 7º. Entende-se como Plano de Carreira o instrumento de Administração de recursos humanos que visa estabelecer grupos de funções sistêmicas ensejadas as do desenvolvimento profissional e funcional do servidor, pela adição cumulativa de responsabilidade, elevação de hierarquia das relações de complexidade do trabalho, criando motivações e desafios como resultados da aferição de desempenho do servidor.

#### **Seção II DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL**

Art. 8º. O desenvolvimento funcional tem por objetivo permitir ao servidor o melhor uso de seu potencial e o conseqüente reconhecimento do seu mérito pela Administração, no exercício de cargo efetivo. Parágrafo Único. O desenvolvimento funcional na carreira fa-se-à por progressão horizontal e por progressão vertical.



### Seção III

#### DA PROGRESSÃO HORIZONTAL

Art. 9º. Progressão Horizontal é a passagem do servidor estável do nível onde se encontra para o nível seguinte, dentro da mesma classe, e alcançado o último nível desta, o deslocamento para a primeira da classe seguinte, obedecido o critério de serviço e avaliação de desempenho, e atendidas cumulativamente, as seguintes condições:

I – ter cumprido o estágio probatório;

II – ter cumprido o interstício mínimo de (cinco) anos de efetivo exercício no nível a contar do início do estágio probatório.

III – não ter sofrido no período pena disciplinar prevista no Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

IV ter exercício nas ações e serviços e promoção da saúde, vigilância epidemiológica e endemias, nos termos do art. 9º A. § 2º da Lei 11.350/2006,

§1º. O tempo em que o servidor se encontrar afastado do exercício do cargo não se computará para o período de que trata o inciso II deste artigo, exceto nos casos considerados como efetivo exercício, nos termos do que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§2º. A contagem do tempo para o novo período será sempre iniciada no dia seguinte aquele que houver completado o período anterior,

§3º. Não interromperá a contagem do período aquisitivo o exercício de cargo em comissão, ou função de confiança, coordenação desde que dentro da função de ACS e ACE.

§4º. A progressão horizontal resultará no acréscimo de 5% sobre o valor do vencimento do nível anterior, observados os valores do anexo III e demais condições impostas nesta Lei.

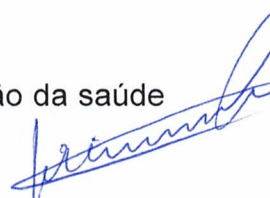
### Seção IV

#### DA PROGRESSÃO VERTICAL

Art. 10. Progressão vertical é a passagem do servidor estável da classe onde se encontra para o nível inicial da classe seguinte, obedecendo ao critério de titulação, qualificação funcional, e atendida cumulativamente as seguintes condições:

I – ter apresentado documentação que comprove a titulação exigida para a próxima classe e ter 3 (tres) anos de efetivo exercício na classe em que se encontra;

II – estar no efetivo exercício do seu cargo nas ações e serviços de promoção da saúde vigilância epidemiológica e endemias;



III – não ter sofrido pena disciplinar nos últimos 02 (dois) anos que antecederam à Progressão Vertical;

§1º. Caberá a uma comissão paritária analisar os pedidos de Progressão Vertical, aprovando ou reprovando os mesmos. Os pedidos de progressão que forem aprovados deverão ser encaminhados a Secretaria de Administração para que seja concedido o reajuste conforme a nova classe atingida.

§2º. O servidor deverá solicitar a progressão vertical por escrito, mediante apresentação dos documentos necessários.

§3º. A progressão vertical será concedida sucessivamente de forma que o servidor será promovido à classe superior se tiver cumprido os itens previstos no inciso I deste artigo e comprovada a titulação necessária da classe almejada.

§4º. As classes ficarão classificadas conforme itens abaixo relacionados:

CLASSE I: Nivel Fundamental

CLASSE II: Nível Médio.

CLASSE III: Nível Médio + Técnico na área de Saúde, Educação ou Serviço Social.

CLASSE IV: Graduado na área de Saúde, Educação ou ou Serviço Social

CLASSE V: Graduado + especialização na área de Saúde, Educação ou Serviço Social.

CLASSE VI: Mestrado na área de Saúde, Educação ou Serviço Social.

§5º. Haverá um acréscimo nos vencimentos decorrentes da mudança de classe percentual de 10% sobre a classe anterior, conforme abaixo:

CLASSE I: Piso salário estipulado em lei;

CLASSE II: Vencimento da CLASSE I +10% sobre o valor do vencimento da CLASSE I;

CLASSE III: Vencimento da CLASSE II + 10% sobre o valor do vencimento da CLASSE II;

CLASSE IV: vencimento da CLASSE III + 10% sobre o valor do vencimento da CLASSE III;

CLASSE V: vencimento da CLASSE IV + 10% sobre o valor do vencimento da CLASSE IV;

CLASSE VI: vencimento da CLASSE V + 10% sobre o valor do vencimento da CLASSE V;

§6º. Os valores serão reajustados conforme o piso salário dos ACS e ACE.

**Seção V**  
**DA REMUNERAÇÃO**

**Subseção I**  
**DO VENCIMENTO**

Art. 11. A remuneração inicial dos cargos de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endmias se dará em conformidade com os valores previstos na Lei Federal nº 12..994, de 17 de junho de 2014.

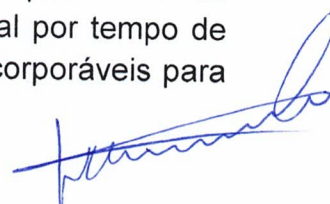
Parágrafo Único. Ficam equiparados os vencimentos básicos dos cargos de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

**Subceção II**  
**DAS VANTAGENS**

Art.12. Além do vencimento base, os servidores efetivos poderão receber as seguintes Gratificações e Adicionais:

- a) de função;
- b) por atividade especial;
- c) natalina;
- d) quinquênio;
- e) por insalubridade, no percentual 40% sobre o vencimento base;
- f) por serviço extraordinário,
- g) férias
- h) PMAQ e PQAVS
- l) 1/3 (Um Terço) de férias,
- j) do PSF,
- k) outras, desde que fixadas em lei.

Parágrafo Único. O adicional de insalubridade não se incorpora para fins de aposentadoria. Das vantagens previstas neste artigo, apenas o acicional por tempo de serviço, e as gratificações de incentivo profissional e titularidade são incorporáveis para efeito de aposentadoria e disponibilidade.



Art.13. a gratificação de cargo comissionado será concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo para ocupar cargo de provimento em comissão.

Parágrafo Único. A gratificação de que trata este artigo será correspondente ao valor fixado na lei de que trata sobre as gratificações.

Art.14. A gratificação de atividade especial será concedida aos servidores que, além do desempenho de suas funções regulares, forem designados para participar de:

I – Comissão de Licitação;

II – Comissão Permanente de Sindicância ou Comissão Especial de Inquérito,

III – Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Concursos Públicos para Recrutamento de Pessoal, Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório,

IV – Comissão Organizadora de conferência, seminário, simpósio, congresso ou outros eventos, no âmbito da Secretaria de Saúde,

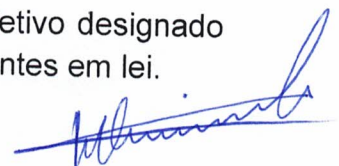
V – Outras atividades especiais, no interesse da Administração Municipal;

§1º. A gratificação de que trata este artigo será correspondente ao valor fixado na lei de que trata sobre gratificações.

§2. O servidor só fará jus à gratificação de atividade especial durante o período que estiver desenvolvendo uma atividade especial, cumulativa à função regular que desempenha na administração municipal.

§3. É permitida a acumulação, pelo mesmo servidor, da Gratificação de Atividade Especial com qualquer das vantagens pecuniárias.

Art. 15. O adicional de função gratificada será concedido ao servidor efetivo designado pelo Prefeito Municipal para exercer uma das funções gratificadas constantes em lei.





§1. O valor do adicional de função gratificada será correspondente ao valor fixado na lei que trata sobre gratificações.

§2. Fica proibida a acumulação do Adicional de Função Gratificada e da Gratificação pelo exercício de Cargo Comissionado, pelo mesmo servidor.

I – Comissão de Licitação;

II – Comissão Permanente de Sindicância ou Comissão Especial de Inquérito,

III – Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Concursos Públicos para Recrutamento de Pessoal, Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório,

IV – Comissão Organizadora de conferência, seminário, simpósio, congresso ou outros eventos, no âmbito da Secretaria de Saúde,

V – Outras atividades especiais, no interesse da Administração Municipal;

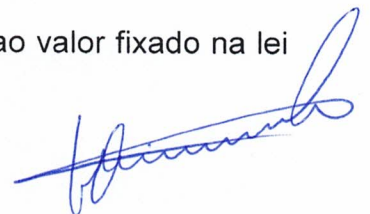
§1º. A gratificação de que trata este artigo será correspondente ao valor fixado na lei de que trata sobre gratificações.

§2. O servidor só fará jus à gratificação de atividade especial durante o período que estiver desenvolvendo uma atividade especial, cumulativa à função regular que desempenha na administração municipal.

§3. É permitida a acumulação, pelo mesmo servidor, da Gratificação de Atividade Especial com qualquer das vantagens pecuniárias.

Art.16. O adicional de função gratificada será concedido ao servidor efetivo designado pelo Prefeito Municipal para exercer uma das funções gratificadas constantes em lei.

§1. O valor do adicional de função gratificada será correspondente ao valor fixado na lei que trata sobre gratificações.



§2. Fica proibida a acumulação do Adicional de Função Gratificada e da Gratificação pelo exercício de Cargo Comissionado, pelo mesmo servidor.

Art.17. Será pago ao servidor, por ocasião das férias, o adicional correspondente a 1/3 (Um Terço) da remuneração a que tiver direito no período.

Art. 18. O servidor que, no exercício de suas atividades, ultrapassarem o limite de sua jornada diária de trabalho, receberá as horas extras correspondentes com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação ao valor da hora normal de trabalho.

Parágrafo Único. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitando o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada de trabalho diária.

Art. 19. O servidor que desenvolver suas atividades no horário compreendido entre 22:00h (vinte e duas horas) de um dia de 05:00 (cinco horas) do dia seguinte, fará jus ao adicional noturno no percentual de 20% (vinte por cento) em relação ao seu vencimento base.

1º. A hora noturna será computada como 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

2º. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre o valor da hora normal de trabalho.

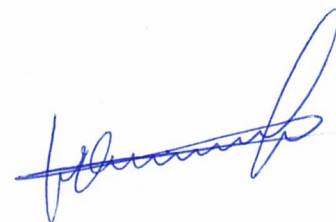
### **Seção III**

#### **DA JORNADA DE TRABALHO**

Art. 20. Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias sujeitam-se ao regime jurídico estatutário e terão jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias semanais de 40 (quarenta) horas, sendo 30 (trinta) horas de atividades de campo e outras 10 (dez) horas de atividades internas.

### **Seção IV**

#### **DA AVALIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE**



Art. 21. A avaliação de produtividade para fins da presente lei é a aferição dos resultados alcançados pelo servidor, no exercício das suas funções, sendo avaliados anualmente.

## Seção V

### DO EQUIPAMENTO PARA O TRABALHO

Art. 22. Serão garantidos aos ACS e ACE os materiais e equipamentos de proteção individual para o desenvolvimento de suas atividades, conforme suas necessidades, dentre os quais,

a) Bolsa;

b) camisa;

c) calça,

d) tênis

e) protetor solar,

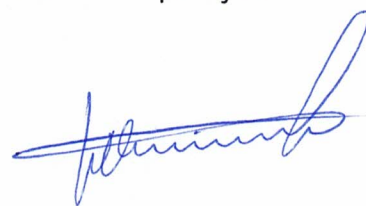
f) boné;

g) máscaras

## CAPITULO IV

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Esgotada a reserva técnica para o cargo de ACS em determinada área geográfica, poderá ser realizado novo Processo Seletivo Público para a recomposição desta reserva, ainda que haja aprovados para outras áreas.

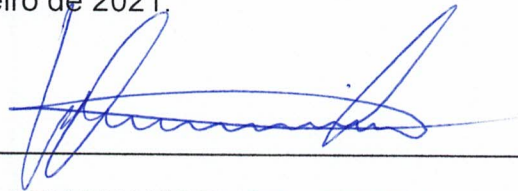


Art. 24. O Monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde serão realizados pelo e-SUS/SISAB – Sistema de Informações em Saúde para a Atenção Básica ou Sistema de Informação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde ou, ainda, por outro sistema implantado no Município com possibilidade de alimentar a base de dados de um dos Sistemas do Ministério da Saúde (e-SUS)

Art. 25. As despesas decorrentes da implantação da presente Lei Municipal correrão por conta das dotações orçamentárias previstas na lei orçamentária, suplementadas se necessário, de acordo com a disponibilidade financeira do Município, bem como orçamento da União, nos termos do art. 9º e da Lei 11.350/2006.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a serem a partir de 1º de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Juarez Távora-PB, 08 de Janeiro de 2021.



---

**WILSON EVANGELISTA FEITOSA**  
Prefeito Constitucional

**ANEXO I**  
**TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E CARGA HORÁRIA**

CARGO	CARGA HORÁRIA TOTAL/SEMANAL	CARGA HORÁRIA EXTERNA	CARGA HORÁRIA INTERNA
Agente Comunitário	40 horas semanais	30 horas	10 horas
Agente de Dombate às Endemias	40 horas semanais	30 horas	10 horas



**ANEXO II ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS**  
**REQUISITOS PARA PROVIMENTO DO CARGO, TÍTULO DO CARGO, DESCRIÇÃO**  
**DO CARGO, E PRÉ-REQUISITOS:**

CARGO: Agente Comunitário de Saúde

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:

R) SUMÁRIA:

Atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal.

b) TAREFAS TÍPICAS/AGLOMERADAS:

- > Realizar mapeamento de sua área;
- > Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;
- > Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;
- > Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde disponíveis;
- > Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica;
- > Realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento de todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe, - Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com planejamento de equipe; - Desenvolver atividades de prevenção de doenças e agravos, com ênfase na promoção da saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo sempre a equipe informada; - O Registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de óbitos, doenças e outros agravos à saúde.

CARGO: Agente de Combate a Endemias

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:

R) SUMÁRIA

Desenvolver o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Saúde.

b) TAREFAS TÍPICAS/AGLOMERADAS



- > Executar os serviços de desinfecção em residências, para evitar a proliferação de insetos e animais peçonhentos,
- > Desenvolver atividades inerentes ao combate à doença de chagas, esquistossomose, dengue e outras doenças.
- > Proferir palestras em escolas públicas e associações comunitárias com a finalidade de melhorar hábitos e prevenir doenças;
- > Zelar pela conservação dos materiais equipamentos sob responsabilidade; atender as normas de segurança e higiene do trabalho e relizar outras tarefas afins,
- > O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com diretrizes do Sistema Único e sob supervisão do gestor da Secretaria Municipal de Saúde.

Juarez Távora-PB, 08 de Janeiro de 2021.



---

**WILSON EVANGELISTA FEITOSA**  
**Prefeito Constitucional**

**ANEXO III**

**TABELA DE VENCIMENTO DOS AGENTES DE SAÚDE E  
AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**

FUNDAMENTAL		
NIVEL I	R\$ 1.500,00	0 a 05 anos
NIVEL II	R\$ 1.627,50	05 a 10 anos
NIVEL III	R\$ 1.708,88	10 a 15 anos
NIVEL IV	R\$ 1.794,32	15 a 20 anos
NIVEL V	R\$ 1.884,05	20 a 25 anos
NIVEL VI	R\$ 1.978,25	25 a 30 anos

SUPERIOR		
NIVEL I	R\$ 2.063,05	0 a 05 anos
NIVEL II	R\$ 2.166,20	05 a 10 anos
NIVEL III	R\$ 2.274,51	10 a 15 anos
NIVEL IV	R\$ 2.388,24	15 a 20 anos
NIVEL V	R\$ 2.507,65	20 a 25 anos
NIVEL VI	R\$ 2.633,03	25 a 30 anos

MÉDIO		
NIVEL I	R\$ 1.705,00	0 a 05 anos
NIVEL I	R\$ 1.790,25	05 a 10 anos
NIVEL III	R\$ 1.879,76	10 a 15 anos
NIVEL IV	R\$ 1.973,75	15 a 20 anos
NIVEL V	R\$ 2.072,44	20 a 25 anos
NIVEL V	R\$ 2.176,06	25 a 30 anos

ESPECIALIZAÇÃO		
NIVEL I	R\$ 2.269,36	0 a 05 anos
NIVEL II	R\$ 2.382,82	05 a 10 anos
NIVEL III	R\$ 2.501,96	10 a 15 anos
NIVEL IV	R\$ 2.627,06	15 a 20 anos
NIVEL V	R\$ 2.758,42	20 a 25 anos
NIVEL VI	R\$ 2.896,34	25 a 30 anos

MÉDIO + TECNICO		
NIVEL I	R\$ 1.875,50	0 a 05 anos
NIVEL I	R\$ 1.969,28	05 a 10 anos
NIVEL III	R\$ 2.067,74	10 a 15 anos
NIVEL IV	R\$ 2.171,13	15 a 20 anos
NIVEL V	R\$ 2.279,68	20 a 25 anos
NIVEL V	R\$ 2.393,67	25 a 30 anos

MESTRADO		
NIVEL I	R\$ 2.496,30	0 a 05 anos
NIVEL II	R\$ 2.621,11	05 a 10 anos
NIVEL III	R\$ 2.752,16	10 a 15 anos
NIVEL IV	R\$ 2.889,77	15 a 20 anos
NIVEL V	R\$ 3.034,26	20 a 25 anos
NIVEL VI	R\$ 3.185,97	25 a 30 anos

Juarrez Távora-PB, 08 de Janeiro de 2021.

**WILSON EVANGELISTA FEITOSA**  
Prefeito Constitucional





# Mensário Oficial do Município

Instituído pela Lei Nº. 013/82 de 21 de janeiro de 1982

GOVERNO MUNICIPAL – PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA – PB

ANO XXXVIII - Nº. 001/2021 – JUAREZ TÁVORA-PB, SEXTA-FEIRA, 08 DE JANEIRO DE 2021.

## PODER EXECUTIVO



GOVERNO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA  
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 383/2021

Juarez Távora-PB, 08 de Janeiro de 2021.

**DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS OCUPANTES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS DO MUNICÍPIO DE JUAREZ TÁVORA-PB.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JUAREZ TÁVORA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1. Esta Lei Intitui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Agente Comunitário de Saúde – ACS e do Agente de Combate às Endemias ACE do Município de Juarez Távora – PB.

Art. 2º. Para efeito da aplicação desta Lei, considera-se:

I – Servidor Público: são os titulares de cargo público efetivo com regime jurídico estatutário, integrantes da Administração direta das autarquias e das fundações. Públicas com personalidade de direito Público;

II – Cargo Público: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao servidor público, criado por lei, com denominação própria, número certo e remuneração a ser paga pelos cofres públicos;

III – Classe: é o indicativo da posição do servidor público quanto ao vencimento, representado por algarismos romanos dispostos na tabela de vencimento verticalmente;

IV – Nível: é a posição distinta horizontalmente dentro de cada classe, identificada por algarismos romanos;

V – Carreira: é o conjunto de classes do cargo, hierarquizadas, organizadas segundo o grau de complexidade das tarefas e requisitos, oferecendo possibilidade ao servidor de se desenvolver funcional e profissionalmente, através da passagem dentro do mesmo cargo a nível hierarquicamente superior, da estrutura de classes, com alteração de nível ou de nível dentro da mesma classe;

VI – Plano de Carreira: é o conjunto de normas que disciplinam o ingresso e instituições de oportunidades e estímulos ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores de forma a contribuir com a requalificação dos serviços prestados pelos órgãos e instituições constituindo-se em instrumento de gestão da política de pessoal;

VII – Vencimento Base: é a retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público com valor fixado em lei;

VIII – Remuneração: é o vencimento base da carga acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes e temporárias, vinculado em lei; Progressão é a passagem do servidor de um nível para outra que ocupa, observados os critérios definidos nesta Lei.

### CAPÍTULO II DA CARREIRA DO SERVIDOR

#### Seção I DO PROVIMENTO

Art. 3º. A investidura dos cargos de Agente Comunitário de Saúde – ACS e Agente de Combate às Endemias – ACE depende de aprovação prévia em concurso ou processo seletivo público de provas ou de títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício de suas atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 4º São requisitos básicos para a investidura em cargo público de Agente Comunitário de Saúde ACS e Agente de Combate às Endemias ACE:

I – a nacionalidade brasileira;

II – o Gozo dos direitos políticos;

III – a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – a conclusão do Ensino Médio;

V – a idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VI – aptidão física e mental;

VII – a disponibilidade de tempo integral para a exercer suas atividades com 08 horas diárias, totalizando 40 horas semanais; VIII – a conclusão, com aproveitamento, curso preparatório de formação inicial e continuada.

#### Seção II DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Art. 5º. Competem aos Agentes Comunitários de Saúde as atribuições determinadas na Portaria nº lei 13.595, de 04 de janeiro de 2018, e na Lei Federal nº 11.350, de 5 de



# Mensário Oficial do Município

Instituído pela Lei Nº. 013/82 de 21 de janeiro de 1982

GOVERNO MUNICIPAL – PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA – PB

ANO XXXVIII - Nº. 001/2021 – JUAREZ TÁVORA-PB, SEXTA-FEIRA, 08 DE JANEIRO DE 2021.

## PODER EXECUTIVO

outubro de 2006, além do exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde SUS e sob supervisão do seu chefe imediato, dentre as quais:

I – Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;

II – realizar o cuidado em saúde da população adstrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;

III – realizar ações de atenção integrada conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;

IV – desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adstrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;

V – realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;

VI – responsabilizar-se pela população adstrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;

VII – participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;

VIII – identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da Secretaria Municipal de Saúde;

IX – garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;

X – realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais;

XI – trabalhar com a descrição de famílias em base geográfica definida, a micro área;

XII – estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando a promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;

XIII – cadastrar todas as pessoas de sua micro área e manter os cadastros atualizados;

XIV – orientar famílias quanto à atualização dos serviços de saúde disponíveis;

XV – desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;

XVI – a atualização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio cultural da comunidade;

XVII – o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

XVIII – o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;

XIX – a participação em ações que fortaleçam os elos entre setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida;

XX – não caberá ao Agente Comunitário de Saúde o preenchimento de qualquer ficha de procedimento de outros profissionais de saúde em atendimentos na Unidade de Saúde ou atendimentos âncora, tais como, ficha de citológico, mamografia, etc. Parágrafo único. É permitido ao ACS desenvolver atividades nas unidades básicas de Saúde, desde que vinculadas às atribuições acima, conforme determina a Portaria nº 648/GM de 28 de março de 2006.

Art. 6º. Compete ao Agente de Combate às Endemias o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde desenvolvida em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS e sob supervisão do gestor municipal, nos termos do Art. 4º da Lei Federal nº 11.350/2006.

### CAPITULO III DO PLANO DE CARREIRA E DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

#### Seção I DO PLANO DE CARREIRA

Art. 7º. Entende-se como Plano de Carreira o instrumento de Administração de recursos humanos que visa estabelecer grupos de funções sistêmicas ensejadas as do desenvolvimento profissional e funcional do servidor, pela adição cumulativa de responsabilidade, elevação de hierarquia das relações de complexidade do trabalho, criando motivações e desafios como resultados da aferição de desempenho do servidor.

#### Seção II DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Art. 8º. O desenvolvimento funcional tem por objetivo permitir ao servidor o melhor uso de seu potencial e o consequente reconhecimento do seu mérito pela Administração, no exercício de cargo efetivo. Parágrafo Único. O desenvolvimento funcional na carreira fa-se-á por progressão horizontal e por progressão vertical.



# Mensário Oficial do Município

Instituído pela Lei N.º 013/82 de 21 de janeiro de 1982

GOVERNO MUNICIPAL – PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA – PB

ANO XXXVIII - N.º 001/2021 – JUAREZ TÁVORA-PB, SEXTA-FEIRA, 08 DE JANEIRO DE 2021.

## PODER EXECUTIVO

### Seção III

#### DA PROGRESSÃO HORIZONTAL

Art. 9º. Progressão Horizontal é a passagem do servidor estável do nível onde se encontra para o nível seguinte, dentro da mesma classe, e alcançado o último nível desta, o deslocamento para a primeira da classe seguinte, obedecido o critério de serviço e avaliação de desempenho, e atendidas cumulativamente, as seguintes condições:

- I – ter cumprido o estágio probatório;
- II – ter cumprido o interstício mínimo de (cinco) anos de efetivo exercício no nível a contar do início do estágio probatório.
- III – não ter sofrido no período pena disciplinar prevista no Estatuto dos Servidores Públicos do Município,
- IV ter exercício nas ações e serviços e promoção da saúde, vigilância epidemiológica e endemias, nos termos do art. 9º A, § 2º da Lei 11.350/2006.

§1º. O tempo em que o servidor se encontrar afastado do exercício do cargo não se computará para o período de que trata o inciso II deste artigo, exceto nos casos considerados como efetivo exercício, nos termos do que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§2º. A contagem do tempo para o novo período será sempre iniciada no dia seguinte aquele que houver completado o período anterior.

§3º. Não interromperá a contagem do período aquisitivo o exercício de cargo em comissão, ou função de confiança, coordenação desde que dentro da função de ACS e ACE.

§4º. A progressão horizontal resultará no acréscimo de 5% sobre o valor do vencimento do nível anterior, observados os valores do anexo III e demais condições impostas nesta Lei.

### Seção IV

#### DA PROGRESSÃO VERTICAL

Art. 10. Progressão vertical é a passagem do servidor estável da classe onde se encontra para o nível inicial da classe seguinte, obedecendo ao critério de titulação, qualificação funcional, e atendida cumulativamente as seguintes condições:

I – ter apresentado documentação que comprove a titulação exigida para a próxima classe e ter 3 (tres) anos de efetivo exercício na classe em que se encontra;

II – estar no efetivo exercício do seu cargo nas ações e serviços de promoção da saúde vigilância epidemiológica e endemias;

III – não ter sofrido pena disciplinar nos últimos 02 (dois) anos que antecederam à Progressão Vertical;

§1º. Caberá a uma comissão paritária analisar os pedidos de Progressão Vertical, aprovando ou reprovando os mesmos. Os pedidos de progressão que forem aprovados deverão ser encaminhados a Secretaria de Administração para que seja concedido o reajuste conforme a nova classe atingida.

§2º. O servidor deverá solicitar a progressão vertical por escrito, mediante apresentação dos documentos necessários.

§3º. A progressão vertical será concedida sucessivamente de forma que o servidor será promovido à classe superior se tiver cumprido os itens previstos no inciso I deste artigo e comprovada a titulação necessária da classe almejada.

§4º. As classes ficarão classificadas conforme itens abaixo relacionados:

CLASSE I: Nível Fundamental

CLASSE II: Nível Médio.

CLASSE III: Nível Médio + Técnico na área de Saúde, Educação ou Serviço Social.

CLASSE IV: Graduado na área de Saúde, Educação ou Serviço Social

CLASSE V: Graduado + especialização na área de Saúde, Educação ou Serviço Social.

CLASSE VI: Mestrado na área de Saúde, Educação ou Serviço Social.

§5º. Haverá um acréscimo nos vencimentos decorrentes da mudança de classe percentual de 10% sobre a classe anterior, conforme abaixo:

CLASSE I: Piso salário estipulado em lei;

CLASSE II: Vencimento da CLASSE I + 10% sobre o valor do vencimento da CLASSE I;

CLASSE III: Vencimento da CLASSE II + 10% sobre o valor do vencimento da CLASSE II;

CLASSE IV: vencimento da CLASSE III + 10% sobre o valor do vencimento da CLASSE III;

CLASSE V: vencimento da CLASSE IV + 10% sobre o valor do vencimento da CLASSE IV;

CLASSE VI: vencimento da CLASSE V + 10% sobre o valor do vencimento da CLASSE V;

§6º. Os valores serão reajustados conforme o piso salário dos ACS e ACE.



# Mensário Oficial do Município

Instituído pela Lei Nº. 013/82 de 21 de janeiro de 1982

GOVERNO MUNICIPAL – PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA – PB

ANO XXXVIII - Nº. 001/2021 – JUAREZ TÁVORA-PB, SEXTA-FEIRA, 08 DE JANEIRO DE 2021.

## PODER EXECUTIVO

### Seção V DA REMUNERAÇÃO

#### Subseção I DO VENCIMENTO

Art. 11. A remuneração inicial dos cargos de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias se dará em conformidade com os valores previstos na Lei Federal nº 12.994, de 17 de junho de 2014.

Parágrafo Único. Ficam equiparados os vencimentos básicos dos cargos de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

#### Subseção II DAS VANTAGENS

Art.12. Além do vencimento base, os servidores efetivos poderão receber as seguintes Gratificações e Adicionais:

- a) de função;
- b) por atividade especial;
- c) natalina;
- d) quinquênio;
- e) por insalubridade, no percentual 40% sobre o vencimento base;
- f) por serviço extraordinário,
- g) férias
- h) PMAQ e PQAQS
- i) 1/3 (Um Terço) de férias,
- j) do PSF,
- k) outras, desde que fixadas em lei.

Parágrafo Único. O adicional de insalubridade não se incorpora para fins de aposentadoria. Das vantagens previstas neste artigo, apenas o adicional por tempo de serviço, e as gratificações de incentivo profissional e titularidade são incorporáveis para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

Art.13. a gratificação de cargo comissionado será concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo para ocupar cargo de provimento em comissão.

Parágrafo Único. A gratificação de que trata este artigo será correspondente ao valor fixado na lei de que trata sobre as gratificações.

Art.14. A gratificação de atividade especial será concedida aos servidores que, além do desempenho de suas funções regulares, forem designados para participar de:

- I – Comissão de Licitação;
  - II – Comissão Permanente de Sindicância ou Comissão Especial de Inquérito,
  - III – Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Concursos Públicos para Recrutamento de Pessoal, Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório,
  - IV – Comissão Organizadora de conferência, seminário, simpósio, congresso ou outros eventos, no âmbito da Secretaria de Saúde,
  - V – Outras atividades especiais, no interesse da Administração Municipal;
- §1º. A gratificação de que trata este artigo será correspondente ao valor fixado na lei de que trata sobre gratificações.
- §2. O servidor só fará jus à gratificação de atividade especial durante o período que estiver desenvolvendo uma atividade especial, cumulativa à função regular que desempenha na administração municipal.
- §3. É permitida a acumulação, pelo mesmo servidor, da Gratificação de Atividade Especial com qualquer das vantagens pecuniárias.

Art. 15. O adicional de função gratificada será concedido ao servidor efetivo designado pelo Prefeito Municipal para exercer uma das funções gratificadas constantes em lei.



# Mensário Oficial do Município

Instituído pela Lei Nº. 013/82 de 21 de janeiro de 1982

GOVERNO MUNICIPAL – PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA – PB

ANO XXXVIII - Nº. 001/2021 – JUAREZ TÁVORA-PB, SEXTA-FEIRA, 08 DE JANEIRO DE 2021.

## PODER EXECUTIVO

§1. O valor do adicional de função gratificada será correspondente ao valor fixado na lei que trata sobre gratificações.

§2. Fica proibida a acumulação do Adicional de Função Gratificada e da Gratificação pelo exercício de Cargo Comissionado, pelo mesmo servidor.

I – Comissão de Licitação;

II – Comissão Permanente de Sindicância ou Comissão Especial de Inquérito,

III – Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Concursos Públicos para Recrutamento de Pessoal, Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório,

IV – Comissão Organizadora de conferência, seminário, simpósio, congresso ou outros eventos, no âmbito da Secretaria de Saúde,

V – Outras atividades especiais, no interesse da Administração Municipal;

§1º. A gratificação de que trata este artigo será correspondente ao valor fixado na lei de que trata sobre gratificações.

§2. O servidor só fará jus à gratificação de atividade especial durante o período que estiver desenvolvendo uma atividade especial, cumulativa à função regular que desempenha na administração municipal.

§3. É permitida a acumulação, pelo mesmo servidor, da Gratificação de Atividade Especial com qualquer das vantagens pecuniárias.

Art.16. O adicional de função gratificada será concedido ao servidor efetivo designado pelo Prefeito Municipal para exercer uma das funções gratificadas constantes em lei.

§1. O valor do adicional de função gratificada será correspondente ao valor fixado na lei que trata sobre gratificações.

§2. Fica proibida a acumulação do Adicional de Função Gratificada e da Gratificação pelo exercício de Cargo Comissionado, pelo mesmo servidor.

Art.17. Será pago ao servidor, por ocasião das férias, o adicional correspondente a 1/3 (Um Terço) da remuneração a que tiver direito no período.

Art. 18. O servidor que, no exercício de suas atividades, ultrapassarem o limite de sua jornada diária de trabalho, receberá as horas extras correspondentes com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação ao valor da hora normal de trabalho.

Parágrafo Único. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitando o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada de trabalho diária.

Art. 19. O servidor que desenvolver suas atividades no horário compreendido entre 22:00h (vinte e duas horas) de um dia de 05:00 (cinco horas) do dia seguinte, fará jus ao adicional noturno no percentual de 20% (vinte por cento) em relação ao seu vencimento base.

1º. A hora noturna será computada como 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

2º. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre o valor da hora normal de trabalho.

### Seção III

#### DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 20. Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias sujeita-se-ão ao regime jurídico estatutário e terão jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias semanal de 40 (quarenta) horas, sendo 30 (trinta) horas de atividades de campo e outras 10 (dez) horas de atividades internas.

### Seção IV

#### DA AVALIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE



# Mensário Oficial do Município

Instituído pela Lei Nº. 013/82 de 21 de janeiro de 1982

GOVERNO MUNICIPAL – PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA – PB

ANO XXXVIII - Nº. 001/2021 – JUAREZ TÁVORA-PB, SEXTA-FEIRA, 08 DE JANEIRO DE 2021.

## PODER EXECUTIVO

Art. 21. A avaliação de produtividade para fins da presente lei é a aferição dos resultados alcançados pelo servidor, no exercício das suas funções, sendo avaliados anualmente.

### Seção V

#### DO EQUIPAMENTO PARA O TRABALHO

Art. 22. Serão garantidos aos ACS e ACE os materiais e equipamentos de proteção individual para o desenvolvimento de suas atividades, conforme suas necessidades, dentre os quais,

- a) Bolsa;
- b) camisa;
- c) calça,
- d) tênis
- e) protetor solar,
- f) boné;
- g) máscaras

#### CAPITULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Esgotada a reserva técnica para o cargo de ACS em determinada área geográfica, poderá ser realizado novo Processo Seletivo Público para a recomposição desta reserva, ainda que haja aprovados para outras áreas.

Art. 24. O Monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde serão realizados pelo e-SUS/SISAB – Sistema de Informações em Saúde para a Atenção Básica ou Sistema de Informação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde ou, ainda, por outro sistema implantado no Município com possibilidade de alimentar a base de dados de um dos Sistemas do Ministério da Saúde (e-SUS)

Art. 25. As despesas decorrentes da implantação da presente Lei Municipal correrão por conta das dotações orçamentárias previstas na lei orçamentária, suplementadas se necessário, de acordo com a disponibilidade financeira do Município, bem como orçamento da União, nos termos do art. 9º e da Lei 11.350/2006.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a serem a partir de 1º de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Juarez Távora-PB, 08 de Janeiro de 2021.

WILSON EVANGELISTA FEITOSA  
Prefeito Constitucional



# Mensário Oficial do Município

Instituído pela Lei Nº. 013/82 de 21 de janeiro de 1982

GOVERNO MUNICIPAL – PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA – PB

ANO XXXVIII - Nº. 001/2021 – JUAREZ TÁVORA-PB, SEXTA-FEIRA, 08 DE JANEIRO DE 2021.

## PODER EXECUTIVO

ANEXO I  
TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E CARGA HORÁRIA

CARGO	CARGA HORÁRIA TOTAL/SEMANAL	CARGA HORÁRIA EXTERNA	CARGA HORÁRIA INTERNA
Agente Comunitário	40 horas semanais	30 horas	10 horas
Agente de Combate às Endemias	40 horas semanais	30 horas	10 horas

ANEXO II ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS  
REQUISITOS PARA PROVIMENTO DO CARGO, TÍTULO DO CARGO, DESCRIÇÃO DO CARGO, E PRÉ-REQUISITOS:

CARGO: Agente Comunitário de Saúde

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:

R) SUMÁRIA:

Atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal.

b) TAREFAS TÍPICAS/AGLOMERADAS:

- > Realizar mapeamento de sua área;
- > Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;
- > Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;
- > Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde disponíveis;
- > Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica;
- > Realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento de todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe, - Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com planejamento de equipe; - Desenvolver atividades de prevenção de doenças e agravos, com ênfase na promoção da saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo sempre a equipe informada; - O Registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de óbitos, doenças e outros agravos à saúde.

CARGO: Agente de Combate a Endemias

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:

R) SUMÁRIA

Desenvolver o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Saúde.

b) TAREFAS TÍPICAS/AGLOMERADAS



# Mensário Oficial do Município

Instituído pela Lei Nº. 013/82 de 21 de janeiro de 1982

GOVERNO MUNICIPAL – PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA – PB

ANO XXXVIII - Nº. 001/2021 – JUAREZ TÁVORA-PB, SEXTA-FEIRA, 08 DE JANEIRO DE 2021.

## PODER EXECUTIVO

- > Executar os serviços de desinfecção em residências, para evitar a proliferação de insetos e animais peçonhentos,
- > Desenvolver atividades inerentes ao combate à doença de chagas, esquistossomose, dengue e outras doenças.
- > Promover palestras em escolas públicas e associações comunitárias com a finalidade de melhorar hábitos e prevenir doenças;
- > Zelar pela conservação dos materiais equipamentos sob responsabilidade; atender as normas de segurança e higiene do trabalho e realizar outras tarefas afins,
- > O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com diretrizes do Sistema Único e sob supervisão do gestor da Secretaria Municipal de Saúde.

### ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTO DOS AGENTES DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

FUNDAMENTAL	
NÍVEL	0 a 05 anos
NÍVEL I	R\$ 1.500,00
NÍVEL II	R\$ 1.827,50
NÍVEL III	R\$ 1.708,88
NÍVEL IV	R\$ 1.794,32
NÍVEL V	R\$ 1.884,05
NÍVEL VI	R\$ 1.978,25

SUPERIOR	
NÍVEL	0 a 05 anos
NÍVEL I	R\$ 2.063,05
NÍVEL II	R\$ 2.196,20
NÍVEL III	R\$ 2.274,51
NÍVEL IV	R\$ 2.366,24
NÍVEL V	R\$ 2.507,65
NÍVEL VI	R\$ 2.633,03

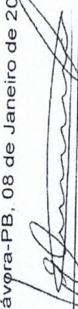
MÉDIO	
NÍVEL	0 a 05 anos
NÍVEL I	R\$ 1.705,00
NÍVEL II	R\$ 1.790,25
NÍVEL III	R\$ 1.879,75
NÍVEL IV	R\$ 1.973,75
NÍVEL V	R\$ 2.072,44
NÍVEL V	R\$ 2.176,06

ESPECIALIZAÇÃO	
NÍVEL	0 a 05 anos
NÍVEL I	R\$ 2.269,36
NÍVEL II	R\$ 2.382,82
NÍVEL III	R\$ 2.501,96
NÍVEL IV	R\$ 2.627,06
NÍVEL V	R\$ 2.756,42
NÍVEL VI	R\$ 2.896,34

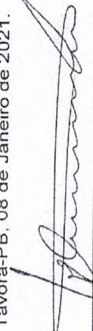
MÉDIO + TÉCNICO	
NÍVEL	0 a 05 anos
NÍVEL I	R\$ 1.875,50
NÍVEL II	R\$ 1.969,28
NÍVEL III	R\$ 2.067,74
NÍVEL IV	R\$ 2.171,13
NÍVEL V	R\$ 2.279,68
NÍVEL V	R\$ 2.393,67

MESTRADO	
NÍVEL	0 a 05 anos
NÍVEL I	R\$ 2.496,30
NÍVEL II	R\$ 2.621,11
NÍVEL III	R\$ 2.752,16
NÍVEL IV	R\$ 2.889,77
NÍVEL V	R\$ 3.034,26
NÍVEL VI	R\$ 3.185,97

Juarez Távora-PB, 08 de Janeiro de 2021.

  
WILSON EVANGELISTA FEITOSA  
Prefeito Constitucional

Juarez Távora-PB, 08 de Janeiro de 2021.

  
WILSON EVANGELISTA FEITOSA  
Prefeito Constitucional